

Fundo Estadual de Saúde

90101 Fundo Estadual de Saúde

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
10.331.1201-6437	Implementação de ações do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração	150.000	0	0	150.000	0	0	0	0
10.331.1201-6462	Pagamento da Gratificação de Desempenho Institucional	8.951.434	8.951.434	0	0	0	0	0	0
10.422.1353-4931	Apoio à Implementação das Ações dos Conselhos	580.119	0	0	477.159	102.960	0	0	0
10.511.1325-7390	Ampliação de Microssistemas de Abastecimento de Água	387.485	0	0	37.485	350.000	0	0	0
10.512.1325-1875	Implantação de Microssistemas de Abastecimento de Água	1.600.000	0	0	0	1.600.000	0	0	0
Total		1.639.412.680	604.615.569	0	806.362.158	220.434.953	8.000.000	0	0

3.1.2. Órgãos da Administração Indireta

Ação Social Integrada do Palácio do Governo

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Assessorar o Governador do Estado em questões relacionadas a área social, em atividades voltadas ao atendimento das situações emergenciais da população carente.

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Constituição do Estado do Pará, Título IX, Capítulo II, Seção IV, art. 271.	Dispõe sobre a Assistência Social.
Lei nº 5.114-B, de 15 de maio de 1984.	Cria a Ação Social Integrada do Palácio do Governo – ASIPAG.
Decreto nº 3.428, de 27 de setembro de 1984.	Regulamenta a Lei nº 5.114-B, de 16 de maio de 1984, que criou a Ação Social Integrada do Palácio do Governo – ASIPAG.
Lei nº 5.499, de 28 de dezembro de 1988.	Dá nova redação ao art. 8º da Lei nº 5.114-B, de 15 de maio de 1984, acrescenta-lhe parágrafo único, e dá outras providências.
Decreto nº 2.027, de 17 de novembro de 1999.	Cria a Comissão Estadual de Segurança Alimentar, e dá outras providências.
Lei nº 5.837, de 21 de março de 1994.	Dispõe sobre a reorganização, cria cargos e funções na Ação Social Integrada do Palácio do Governo – ASIPAG, e dá outras providências.
Lei nº 5.853, de 12 de agosto de 1994.	Dispõe sobre a alteração da estrutura organizacional da Ação Social Integrada do Palácio do Governo, cria cargos, e dá outras providências.
Lei nº 6.178, de 30 de dezembro de 1998.	Dispõe sobre a criação dos cargos de Secretários Especiais de Estado, e dá outras providências.Republicado no D.O.E., de 13 de julho de 2001.
Lei nº 6.212, de 28 de abril de 1999.	Dispõe sobre a criação, estrutura e funcionamento das Secretarias Especiais de Estado e institui o Colegiado de Gestão Estratégica, e dá outras providências.Republicado no D.O.E., de 24 de janeiro de 2003.
Lei nº 7.131, de 24 de abril de 2008.	Dispõe sobre a remuneração de Secretário-adjunto e dá outras providências.
Lei nº 7.543 de 20 de Julho de 2.011.	Dispõe sobre a reorganização da Estrutura Administrativa vinculações no ambito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providencias.

Ação Social Integrada ao Palácio do Governo

R\$ 1,00

Especificação	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingencia
35201 Ação Social Integrada do Palácio do Governo	10.642.091	2.352.443	0	8.039.648	250.000	0	0	0
0101 Recursos Ordinários	10.642.091	2.352.443	0	8.039.648	250.000	0	0	0
Total	10.642.091	2.352.443	0	8.039.648	250.000	0	0	0